

A polêmica em torno do conceito de "empresa nacional" que está há vários meses colocando em atrito os setores governamentais e empresariais das áreas de informática e de telecomunicações, culminou na última semana com corajosas posições do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos - ABICOMP, comandante Antônio Didier Viana. Segundo o presidente da ABICOMP - que vem denunciando as ações privadas e governamentais contra as empresas genuinamente brasileiras da área de informática - o presidente do BRASILINVEST, Mário Garnero, "é porta-voz das multinacionais" e faz parte de um "lobby" contrário aos interesses nacionais.

A tais preocupações que envolvem a formulação de uma Política de Informática para o Brasil, ressaltamos a importância de que os setores profissionais e a população em geral também deve ficar atenta para os reflexos desses episódios para a formulação de uma Política de Comunicações. Denunciamos, por isto, que o Ministério das Comunicações, que está apoiando uma política "entreguista" e "antinacional" proposta por certos empresários da área de telecomunicações, está também favorecendo a poderosos grupos da área de comunicações com UM TRATAMENTO PRIVILEGIADO.

Destaca-se o caso da implantação do Videotexto que está sendo patrocinado pela TELESP, com a direção do BRASILINVEST que ~~monta~~ ^{monta} nessa empresa pública ligada ao Sistema TELEBRÁS, um escritório a título de "consultoria". Denunciamos que o "sistema-piloto" de Videotexto montado pela TELESP com a "assessoria" do BRASILINVEST, autorizado por Portaria do Ministério das Comunicações, tem a finalidade de implantar "de fato" este novo serviço, de modo a preceder qualquer decisão legislativa. Denunciamos que esse mesmo Ministério das Comunicações negou autorização, em 1974, para que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul ⁿimplantasse um sistema-piloto de serviço de cabodifusão, para desenvolver tecnologia nacional. A alegação do Ministério para a negativa era de que a Universidade deveria esperar a elaboração da legislação, junto com outros grupos privados que haviam manifesto interesse na matéria.

Outro grave exemplo de que o Ministério está permitindo que se implantem "de fato" novas tecnologias de comunicação é a autorização dada à Rede Globo, à Rede Brasil Sul de Comunicações - RBS e à Rede Bandeirantes para a realização de experiências piloto com o sistema de Teletexto. Registra a imprensa que o Ministério autorizou a realização dessas experiências por essas empresas privadas interessadas na exploração comercial desse serviço para colher subsídios para a elaboração de legislação. Isto é, favorece-se a grupos privados com privilégios que foram negados a uma Universidade brasileira.

Esses não são fatos isolados, mas fazem parte de uma política sistemática do Ministério das Comunicações em marginalizar os setores que não ^{INTEGRAM O} ~~estão~~ do círculo restrito das empresas beneficiadas com esses favores, especialmente as Universidades. Foi com esta postura que, mais uma vez, o Ministério das Comunicações respondeu ao ofício nº 164/GR/83 de 11/2/83, onde o Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Prof. Ernani Bayer, solicitou que a Universidade participasse do processo de regulamentação de novas tecnologias de comunicação. A esta solicitação, através do ofício CT nº 166/83-GM, de 8/3/83, o Chefe do Gabinete do Ministro, Hélio Leal, assim respondeu:

"Em atenção ao solicitado, incumbiu-me o Exmo. Sr. Ministro de informar a Vossa Magnificência que, na análise da referida regulamentação, este Ministério tem mantido contato com Associações de Classe e outros organismos, cujos interesses estejam ligados diretamente à matéria. No entanto, lamento informar a impossibilidade de ouvir as universidades e outras instituições que, eventualmente, poderiam demonstrar preocupação pelo assunto".

Mais adiante, nessa mesma carta, o Chefe do Gabinete diz que, apesar disso, e em especial deferência, o Ministério ^{NECESSARIA} ~~receberia~~ as sugestões enviadas pelos docentes da UFSC. Denunciamos ~~que~~ que este tipo de deferência também faz parte de uma política do Ministério das Comunicações, ^{QUE} ~~que~~ recebe episodicamente e aleatoriamente certas manifestações para legitimar suas posições e falsificar a existência de um debate. A verdade é que o Ministério das Comunicações nega-se a abrir um verdadeiro e amplo debate com as Universidades, entidades profissionais e outros setores sociais interessados nas políticas de comunicação.

Com este procedimento o Ministério das Comunicações está também desrespeitando uma Recomendação da Secretaria Especial de Informática - formulada pela Comissão Especial sobre Serviços de Consultas a bases de Dados, cujo relatório foi divulgado pela SEI em fevereiro de 1982 ^{que} ~~que~~ estabelecia o seguinte, considerando a introdução no Brasil "das mídias eletrônicas conhecidas como videotexto e teletexto":

"a constituição, pelo Ministério das Comunicações, no menor prazo possível, de uma comissão composta por entidades públicas e privadas interessadas no assunto, com a finalidade de estabelecer o padrão para os serviços de videotexto e de teletexto".

Defendemos que as Federações e Sindicatos de jornalistas e radialistas e todos os setores da sociedade interessados na democratização dos meios de comunicação,

(3)

tomem conhecimento da escandalosa política de favorecimento a poderosos grupos privados que está sendo adotada pelo Ministério das Comunicações e da iminência da regulamentação de matéria de grande interesse social sem o necessário debate público. No momento em que se ~~debate~~^{DECIDE} o futuro das aplicações da microeletrônica no Brasil, que trará profundos reflexos na economia e na sociedade como um todo, os profissionais de comunicação não podem aceitar que o debate se desenvolva exclusivamente em torno dos aspectos tecnológicos e industriais. É preciso que se discuta amplamente o uso social dessas tecnologias e que se impeça ~~que~~ que as decisões sobre Política de Comunicações sejam ^{DESJA FORÇA PELO} tomadas ~~no~~ Ministério das Comunicações que há muitos anos ouve de forma privilegiada certos grupos econômicos. Aliás, o mesmo Ministério das Comunicações que agora se esforça para ^{ROMPER} ~~que~~ as medidas nacionalistas que se adotaram na Política de Informática.